

LEVANTES

SOMOS MUITO PARECIDOS NAS EXPECTATIVAS, NO PENSAMENTO, NA TRISTEZA E NA DOR. DUVIDO QUE A MASSA JUDAICA DO GUETO DE VARSÓVIA SEJA TÃO DIFERENTE DOS REFUGIADOS PALESTINOS. TENHO CERTEZA QUE OS 800 JUDEUS NÁUFRAGOS DO STRUMA, QUE FUGIRAM DA PERSEGUIÇÃO NAZISTA, TINHAM SONHOS IGUAIS AOS MILHARES DE REFUGIADOS, MUITOS DELES PALESTINOS, QUE SE AFOGARAM NAS MESMAS ÁGUAS DO MEDITERRÂNEO.

O texto a seguir, publicado na íntegra, acompanha o discurso de Jawdat Abu-El-Haj, orador convidado do 81º aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia, realizado no dia 18 de abril de 2024 na Casa do Povo.

Confira os demais textos da série LEVANTES em casadopovo.org.br

Jawdat Abu-El-Haj

18 de abril de 2024

**Entre o Estado de Direito e a autocracia:
os dilemas da autodeterminação dos povos**

Sou palestino nascido em Jerusalém. Desde 1987 resido em Fortaleza e ensino Políticas Públicas na UFC. Já em minha primeira vinda ao Brasil, mergulhei em seus dilemas sociais e políticos. Fiz um grande esforço, sem sucesso, para me esquecer do Oriente Médio e dos seus intermináveis conflitos. Não consegui. Leio os jornais palestinos e israelenses todos os dias. Acompanho os acontecimentos minuto a minuto, mas insisto no distanciamento, talvez para evitar novas decepções, por medo de ser tragado por um conflito tão sensível e intenso, ou apenas por não ter mais uma identidade nacional definida. Afinal de contas, saí de Jerusalém aos 17 anos, palestino de corpo e alma. Tanto que meu pai me exilou nos EUA para me tirar da vida política. Vivía a política a todo instante na minha adolescência. Nos Estados Unidos, minha formação universitária foi tipicamente gringa: dormitório

cheio de mordomias; *rowdy parties* no final de semana; imensa variedade de esportes, com todo tipo de competição imaginável, inclusive em relação às notas; frequentes idas ao Dodger Stadium; finais de semana em Tijuana; entre outros ritos que todo universitário da Califórnia precisa fazer. Em 1986, o meu orientador de tese me falou *take it or leave it*, vá para o Brasil ou procure outro orientador. Então vim para Fortaleza e fiquei. Há 37 anos que virei brasileiro. Minha terceira identidade nacional. Um repórter me perguntou uma vez: o professor gosta do Brasil? Respondi que sim, gosto, tanto que casei duas vezes com brasileiras, e ainda tenho um casal de filhos que é cearense para doer: no sotaque, nos gostos, nos hábitos, nas gírias. Mas sabem que sou palestino de Jerusalém. Nutrido desde a infância com homus, falafel e kinafah. E ainda hoje quando vou a Jerusalém adoro fazer compras em Mahneh Yehuda.

Após tantas vivências em três mundos distintos e peculiares, cheguei à conclusão de que nossas diferenças são exageradas pelos meios de comunicação e até pelas teorias sociais. Somos muito parecidos nas expectativas, no pensamento, na tristeza e na dor. Duvido que a massa judaica do

Gueto de Varsóvia seja tão diferente dos refugiados palestinos. Tenho certeza que os 800 judeus náufragos do Struma, que fugiram da perseguição nazista, tinham sonhos iguais aos milhares de refugiados, muitos deles palestinos, que se afogaram nas mesmas águas do Mediterrâneo. Para tantas perguntas, *the answer, my friend, is blowing in the wind*. Igualdade, dignidade, liberdade são três palavras que unificam esses povos todos – aliás, para simplificar, a todos nós.

Mas se todos nós temos expectativas iguais, que dilema é esse o de que alguns negam aos outros os mesmos direitos? E ainda da forma mais cruel possível. Será que a desigualdade e a dominação fazem parte da natureza humana? É justo quem tem poder submeter os outros a sua vontade? Somos predestinados à divisão entre quem manda e quem obedece, entre nações civilizadas e outras bárbaras? A guerra e a violência são condições normais para a humanidade?

Para tantas dúvidas, a resposta é definitivamente “não”... Argumento que a nossa condição de guerras permanentes, desde o século XIX, foi fabricada pelo nacionalismo e sua ideologia de caráter nacional. Nascido no berço das conquistas

militares, e sustentado pela obediência da massa rural, consolidou-se uma entidade autocrática com soberania absoluta sobre territórios. Levou décadas de contestação para que se abrandasse a dominação e se garantisse os mínimos direitos ao cidadão. Nasceu a democracia representativa e o Estado de Bem-Estar Social.

Esse nacionalismo respingou no Oriente Médio quando desapareceu o Império Otomano, após cinco séculos de dominação. Substituído pelo Império Britânico e pela França, a região se desorganizou. Ruiu a política dos notáveis, sistema oficial otomano que governou o Oriente Médio. Esta era uma aliança de conveniências entre Istambul e as elites árabes locais. Famílias de grande prestígio local eram escolhidas para gerenciar as Millet (etnias). Ela resolvia disputas internas e intermediava as demandas com o Estado central. Esse sistema se aplicava igualmente aos cristãos e os judeus árabes. Durante séculos, tudo estava em seu devido lugar.

Após o colapso Otomano, as forças políticas ficaram fora dos seus lugares habituais. Intensificaram-se as disputas políticas entre os antigos privilégios e as novas ambições. O ato-

leiro político alcançou a Palestina e iniciou-se um complexo remapeamento do poder. No lado árabe, os Husseinis enfrentaram uma inusitada contestação dos Nashashibis. No lado judaico, o Poale Tzion disputava a liderança do segundo Yishuv com os revisionistas de Betar. Enquanto isso, o novo avalista do poder, a Grã-Bretanha, complicou mais a situação ao trocar suas alianças entre os rivais.

Neste ambiente carregado, todas as forças disputavam a liderança em nome da defesa dos interesses das suas comunidades. Cada oligarquia palestina se declarava protetora de todos os árabes contra as ambições judaicas de colonizar a Palestina e profanar os lugares sagrados. As organizações judaicas começaram uma corrida armamentista, cada uma se colocando como o escudo contra a violência dos árabes. Iniciou-se uma espiral de eventos que se degenerou numa guerra total entre as duas comunidades. Nasceu uma doutrina de segurança nacional compartilhada por árabes e judeus que colocou a autonomia nacional do outro como uma ameaça existencial de si. Impedir a expressão política passou a ser imprescindível para ambos os lados.

A luta existencial entre árabes e judeus não era normal. Durante décadas, conviviam com relativa pacificidade. Existia um certo entendimento de que o Oriente Médio pós-otomano comporia uma confederação, um mosaico político-cultural no qual todos teriam suas aspirações nacionais garantidas. Quem intermediava essa visão eram os judeus de origem árabe. Muitos haviam estudado nas universidades regionais e participado da vida política, inclusive apoiando o nacionalismo árabe. Nestes anos, a principal organização judaica, Poale Tzion, estava bastante atenta a esse projeto. Ben Gurion e Ben Zvi haviam estudado em Istambul com os filhos das elites árabes na busca de entendimento e de um programa comum. Nas suas primeiras obras, acreditavam que um Estado binacional na Palestina seria assentado numa aliança de classes entre o proletariado judeu e o campesinato palestino contra a burguesia urbana e o latifúndio rural. Além de uma aliança de classes, consideravam o camponês palestino como parte do povo hebreu que resistiu ao Êxodo, preservando um modo de vida milenar. Previam que os judeus e palestinos não teriam dificuldade de convergir em um programa comum. Essa mesma

visão era compartilhada por algumas lideranças palestinas que defendiam uma pauta comum com as organizações judaicas.

O fator que mais contribuiu para o desentendimento entre árabes e judeus foi a forma como os novos donos do poder administraram os conflitos na região. Paradoxalmente, com o apogeu da expansão imperial da Grã-Bretanha e da França veio a sua decadência econômica. A extensão territorial havia exaurido suas finanças. Era lógico que esses países buscassem preservar as suas economias dando independência aos povos colonizados. Porém as elites burocráticas imperiais insistiam na grandeza dos seus impérios. Um dogmatismo ideológico que se descolou da realidade objetiva desses países. Para manter as possessões coloniais com o mínimo de gastos, essas duas potências instigaram conflitos internos para esvaziar a independência dos povos da região. Na Palestina, a burocracia imperial, agindo independentemente de Londres, trocava suas alianças e favoritismo entre judeus e árabes. Todos almejavam o apoio dos donos do poder, e os donos do

AS LINHAS DE
COMUNICAÇÃO
RUÍRAM. QUALQUER
ATO, POR MAIS BANAL
QUE FOSSE, ERA
REVIDADO COM UMA
VINGANÇA MAIOR.

poder retribuíram com armamentos e auxílios a ambos os lados.

Neste ambiente de constantes rivalidades, rompiam-se todos os laços entre árabes e judeus, inclusive dos árabes judeus com seus conterrâneos. As linhas de comunicação ruíram. Qualquer ato, por mais banal que fosse, era revidado com uma vingança maior. Amontoava-se mortos nos dois lados, um ciclo interminável de violência política. Massacres espontâneos foram cometidos por ambos os lados, cristalizando uma traumática memória coletiva que marcou a cultura política dos dois povos. Neste período, o conflito entra numa fase irreconciliável. Foi justamente nestes anos que árabes e judeus cristalizaram suas doutrinas de segurança e identidade nacional:

1. Para ambos, a segurança nacional se garante apenas com o bloqueio da autonomia política do rival. A mera ambição do outro por adquirir independência passa a ser uma ameaça existencial de si;
2. A legitimidade da doutrina de segurança assentou-se na estigmatização étnica e religiosa. O movimento sionista adotou o orientalismo. O árabe passou a ser tido

como irracional, violento, despótico, fanático e incapaz de aceitar a cultura dos direitos. Enquanto isso, o lado árabe recorreu às formas mais pejorativas do anti-semitismo. O judeu foi descrito como povo alienado que resistia à integração, que agia para dividir e instigar conflitos internos, a instabilidade e ameaçar a unidade nacional.

O quadro se alterou em 1993, quando Arafat e Rabin assinaram os acordos de Oslo. Certamente o clima pós-Guerra Fria e pós-Guerra do Iraque induziu esse passo decisivo para rever a doutrina de segurança nacional. O reconhecimento mútuo implicava que ambos os lados não identificavam o outro como uma ameaça existencial.

Nas minhas missões com a PNUD na Cisjordânia em 1996 e em Gaza 2000, fui testemunha da era Oslo, anos de esperança e superação de estigmas. Passei uma semana em Jenin, hoje um dos palcos de maior violência política na Cisjordânia. No Shabat, dezenas de carros de judeus e árabes israelenses chegavam de Haifa à procura das suas famosas verduras. Al Hisbah (Mercado Aberto) virava uma colmeia de gente misturando árabe, hebraico e inglês. Gaza em 2000

já era tensa. Rabin havia sido assassinado e as relações entre palestinos e israelenses estavam se deteriorando. Todavia, era uma cidade feliz e cheia de esperança. Mas, ao mesmo tempo, diferentemente da Cisjordânia, senti a pobreza e a concentração de renda. Os oficiais do governo palestino ostentavam carros doados pela comunidade internacional, salários relativamente elevados e apartamentos de alto padrão. Um dia, eu estava no centro da cidade quando repentinamente vi uma massa de jovens universitários descendo a avenida principal carregando a bandeira do Hamas e repetindo slogans contra a corrupção e pela ética na política. O contraste era marcante com os integrantes da autoridade palestina, mais idosos e privilegiados com cargos oficiais e mordomias, usufruindo de vantagens dadas pelas organizações internacionais. Por outro lado, a juventude palestina critica a decadência política.

O vazio político deixado por Arafat após sua morte em 2004 completou as condições necessárias para a ascensão do Hamas. Enfrentando Abbas e seus correligionários manchados por denúncias de corrupção, o Hamas vence as eleições de 2006 (por apenas 1% de diferença). Um fenômeno polí-

tico similar ocorreu em Israel quando Ariel Sharon foi eleito primeiro-ministro, e logo ascendeu ao poder Benjamin Netanyahu, da extrema-direita do Likud. Consolidaram-se duas forças políticas que regressaram às mesmas doutrinas de segurança nacional das décadas de 1930 e 1940. O cenário de 07 de outubro já era inevitável. Para a direita israelense e o Hamas, Oslo era um fracasso, uma ingenuidade de líderes que sonhavam com uma paz impossível. Para essas forças, o único caminho é o militar.

Certamente Oslo não garantiu os resultados esperados. Israel pós-Rabin protelou a negociação para estabelecer um estado palestino pacificado e com garantias internacionais. As promessas de Oslo foram renegadas, pois estipulam que as duas partes chegariam a uma resolução de todas as questões pendentes (refugiados, Jerusalém e fronteira final) num prazo de 5 anos. Mas Arafat, sem interlocutor seguro, demonstrou cautela em assinar qualquer acordo, talvez até cautela excessiva.

Contudo, Oslo abrandou a estigmatização do outro ao naturalizar os contatos cotidianos entre os dois povos. Cidadãos palestinos e israelenses romperam preconceitos, interagindo em conflito

e em reconciliação. Israelenses e palestinos hoje aceitam o princípio de dois Estados nacionais, uma virada significativa na doutrina original, que via o outro como uma ameaça existencial. Essa mudança talvez seja o legado mais importante de Oslo.

Para que a vitória eleitoral do Hamas e da extrema-direita israelense se transformasse numa hegemonia política, precisava regressar à ideologia do caráter nacional. Essa ofensiva começou no lado palestino já em 2006, quando Hamas aplicou um golpe militar que exilou, executou e silenciou a dissidência em Gaza. Durante seu domínio, estabeleceu hierarquias culturais, impondo uma interpretação teocrática aos palestinos. Esse projeto hegemônico ainda rompeu o princípio-chave que fundou o sistema político palestino, o de desautorizar a tentação autoritária tão comum nos países árabes. Pior ainda, o Hamas violou o princípio da autonomia política decisória palestina. Para se fortalecer, aliou-se à Turquia durante a Guerra Civil Síria contra Assad, e logo trocou padrinhos com Irã e Hezbollah. Com isso, introduziu na vida política palestina os interesses de potências regionais, repetindo os erros que os Husseinis cometeram nas décadas de 1930 e 1940. Haj Amin Hussein

se aliava à Inglaterra, mas logo procurava seu principal inimigo, a Alemanha. Em certo momento, aproximou-se do nacionalismo árabe e, em outro, das monarquias.

Nestas oscilações políticas, confundiu a opinião pública palestina, convidou atores externos para influenciar o consenso interno e ainda fabricou desavenças com todas as forças regionais.

Em Israel, a ofensiva ideológica da direita se deflagrou definitivamente após a coligação de 2022, quando o governo enviou ao Knesset a reforma do judiciário, que concentra o poder executivo, legislativo e judiciário no gabinete do primeiro-ministro. O acúmulo do poder político teria um objetivo maior, o de aprovar uma agenda do caráter nacional de Israel de acordo com os preceitos religiosos mais tradicionais do judaísmo. Com esta reforma, legitima-se a divisão entre *outsiders* e *insiders*, entre dominadores e dominados. A sociedade israelense que havia conquistado os direitos iguais nas leis básicas de 1992–1995 seria hierarquizada entre cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe.

NOSSAS BARRICADAS
SE ERGUEM NA
IMPRENSA, NAS
UNIVERSIDADES,
NOS PARLAMENTOS,
NAS RUAS E NOS
ESPAÇOS PÚBLICOS.

Essa hierarquia não se limitaria às minorias não judaicas, mas alcançaria a maioria judaica criando desigualdades por gênero e orientação sexual e entre religiosos e laicos.

As vitórias eleitorais das autocracias, no entanto, não fluíram sem resistência, a exemplo do que ocorreu nas décadas de 1930, quando o totalitarismo avançou sem trégua. Hoje temos uma outra sociedade que criou gosto pelo Estado Democrático de Direito. Quando o ser humano degusta a liberdade, igualdade e fraternidade, não quer mais se submeter ao mando e à obediência. Essa é a nossa condição humana. Os combatentes do Gueto de Varsóvia já trilharam esse caminho perante a imensa máquina de guerra do totalitarismo. Hoje, a consolidação dos valores democráticos dispensa a luta armada e seus sacrifícios. Nossas armas contra a autocracia e o racismo são a caneta, o celular e a ação pública, os instrumentos mais potentes para se assegurar direitos iguais. Nossas barricadas se erguem na imprensa, nas universidades, nos parlamentos, nas ruas e nos espaços públicos. Por meio desses espaços, a opinião pública mundial indaga se a consequência do 07 de outubro será um novo ciclo de vinganças

e mortes ou o nascedouro de uma nova era de paz. Que palestinos e israelenses, sob o olhar mundial, assumam a responsabilidade histórica de lutar e preservar o Estado de Direito como o único meio de garantir a autodeterminação dos povos.

Jawdat Abu-El-Haj é professor da Universidade Federal do Ceará.

Organização **Ana Druwe**

Edição **Benjamin Seroussi**

Revisão **Lucas Gaspar**

Projeto gráfico **Laura Daviña e Livia Viganó**

Realização **Casa do Povo**

ISBN 978-65-997864-2-6



LEVANTES reúne os discursos das comemorações do Levante do Gueto de Varsóvia na Casa do Povo.

No dia 19 de abril de 1943, judias e judeus se levantaram contra o exército nazista no último gueto estabelecido na Polônia. Morreram lutando em vez de serem levados aos campos de concentração. A data nunca deixou de ser lembrada na Casa do Povo, performada a cada ano clamando por novas formas de resistência e resiliência. Os textos que compõem a série documentam como também circulam outros levantes em curso. É criando solidariedades que a faísca do Levante do Gueto de Varsóvia permanece acesa.

casadopovo.org.br

Distribuição gratuita

Contribua com um pix no valor de sua escolha para garantir as próximas impressões →

realização



CASA
DO POVO

PAR
QUINHO

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO